

BOLETIM CRIARRR

OUTUBRO/2023



AGENDA

APEOESP

De 2 a 18/10

Reuniões de Representantes nas subsedes

05/09 a 05/11
(prazo prorrogado)

Plebiscito contra privatização

APEOESP participa da luta contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. Acesse <https://contraprivatizacao.com>

08/10

Reunião da Coordenação do Coletivo de Antirracismo Milton Santos

20/10

Reunião presencial do CER – Conselho Estadual de Representantes
Local: a definir

Assembleia Estadual dos Professores (com paralisação)

16h – Praça da República

Seguida de Ato unificado do Grito da Educação Pública no Estado de São Paulo

CUT

03/10

Apoio à greve dos ferroviários, metroviários e trabalhadores da Sabesp contra a privatização da CPTM, Metrô e Sabesp

*Cada subsele deve organizar um comitê de luta contra as privatizações, participar das atividades e do plebiscito.

05/09 a 05/11
(prazo prorrogado)

Plebiscito

Acesse <https://contraprivatizacao.com>

19 a 22/10

14º CONCURTO

CNTE

05/10

Reunião do CNE Brasília / DF

À tarde - Ato Solene na Câmara em homenagem ao Dia Mundial do/a Docente

16h - Ato Nacional ao Dia Mundial do/a Docente, na parte externa do Museu da República Brasília / DF

06/10

Reunião do CNE Brasília / DF

REUNIÕES DE REPRESENTANTES REALIZAM-SE EM MOMENTO ESTRATÉGICO

Devemos convocar toda a nossa categoria para a grande assembleia do dia 20 de outubro, às 16 horas, na Praça da República

Após a assembleia, será realizado ato unificado do Grito da Educação Pública no Estado de São Paulo e do funcionalismo público

Um dos eixos centrais é a luta contra a redução/flexibilização das verbas da Educação

Estamos na luta contra as privatizações e pelo conjunto das nossas reivindicações

As reuniões de Representantes que se realizam neste período preparatório à assembleia estadual da categoria do dia 20 de outubro estão convidadas a debater e encaminhar propostas que passarão pelo crivo do Conselho Estadual de Representantes (CER) e serão submetidas à deliberação da assembleia.

A plataforma da Educação no estado de São Paulo para enfrentar o governo Tarcísio de Freitas/Renato Feder, aprovada no XXVII Congresso Estadual da APEOESP, parte do entendimento de que a vitória da ampla frente que se formou em torno da candidatura do presidente Lula interrompeu o processo de destruição das políticas públicas e dos direitos no país, mas que esse processo se mantém no estado de São Paulo. Por isso, a plataforma nos convida a lutar. E aponta prioridades.

Não às privatizações

Nossa categoria é composta de professoras e professores, que são também cidadãos e cidadãs que necessitam de serviços públicos de qualidade, como toda a população, especialmente os segmentos mais vulneráveis.

Por isso, não ficaremos alheios e alheias à luta contra a tentativa do Governador Tarcísio de Freitas de privatizar a SABESP, a CPTM e o Metrô. A água é um bem natural que pertence a todos e todas, necessidade vital de cada um e cada uma, que não pode se transformar em mera mercadoria para gerar lucro para grupos privados.

Da mesma forma, saneamento básico é fun-

damental para a preservação da saúde, da vida, e deve ser estendido a todos os recantos das cidades, sobretudo às periferias, onde mais há necessidade de investimentos deste tipo. Ocorre que, com a privatização, as empresas deixam de investir nessa área, pois esse tipo de melhoria não resulta em lucros para os empresários.

O XXVII Congresso Estadual da APEOESP debateu esse assunto e, na plataforma de lutas aprovada, estabeleceu o engajamento da entidade na campanha contra as privatizações. Posteriormente, a reunião da Diretoria Estadual Colegiada determinou que sejam criados comitês de luta contra as privatizações nas subsedes, que encaminhe-mos a convocação da categoria e da população para participação no plebiscito que se realiza até o dia 5/11. Material de divulgação digital e link foram encaminhados pela Sede Central.

Tarcísio, tire a mão do nosso dinheiro. Não à redução/flexibilização das verbas da Educação!

Outra luta central neste momento é contra a anunciada intenção do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas de reduzir ou flexibilizar as verbas para a Educação previstas na Constituição Estadual. Tarcísio pretende reduzir essas verbas de 30% do orçamento estadual para a área da saúde.

Consideramos essa medida inconcebível, pois a Educação necessita de grandes investimentos, para que possamos superar os grandes déficits educacionais que ainda persistem e que se agravaram no pós-pandemia. Evidentemente, reconhecemos que a Saúde pública também necessita de investimentos, mas de forma alguma podemos concordar que o governo estabeleça essa dicotomia entre duas áreas fundamentais em relação às verbas a elas destinadas.

É preciso lembrar que, no plano nacional, a APEOESP foi uma das protagonistas na conquista do FUNDEB permanente, assim, neste primeiro semestre, participou da luta vitoriosa que retirou o FUNDEB dos limites do arcabouço fiscal.

Não vamos permitir o ataque de Tarcísio/Feder às verbas da Educação. Para tanto, as subseções devem organizar sua participação no movimento de pressão que faremos na Assembleia Legislativa. A ideia é dialogar antecipadamente com os(as) deputados(as), entregando material que será disponibilizado. Essa campanha também contará com cartazes, praguinhas, matéria paga na TV e outros meios. No momento em que o governador enviar o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) dessa matéria, intensificaremos a mobilização e novas medidas serão tomadas. Esse também será um dos principais temas da nossa assembleia e do ato unificado que realizaremos no dia 20/10.

PLEBISCITO
DE 5/09 A 5/11
APEOESP PARTICIPA DA LUTA
CONTRA A PRIVATIZAÇÃO
DA SABESP, METRÔ E CPTM

Participe do Plebiscito
Opine e defenda o direito
ao saneamento e ao
transporte público

ACESSE:
<https://contraprivatizacao.com>

NOSSAS LUTAS EMERGENCIAIS

No dia 25/9, a Diretoria da APEOESP reuniu-se com o Secretário Executivo da SEDUC. A reunião foi articulada pela Deputada Estadual Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP, por meio de seu mandato parlamentar, e pelo Primeiro Presidente da APEOESP, Fábio de Moraes.

Estiveram presentes, além do Primeiro Presidente e da Segunda Presidenta do Sindicato, os Diretores Zenaide Honório, Primeira Secretária Geral; Sérgio Cunha, Segundo Secretário Geral; Roberto Guido, Secretário de Finanças, e Richard Araújo, Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial. Também estiveram presentes assessores do Sindicato.

Reproduzimos aqui as informações já divulgadas por meio do boletim APEOESP Informa Urgente nº 91.

Concurso

A Diretoria cobrou informações sobre o concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio. Segundo o Secretário Executivo, o resultado será publicado no dia 29/11 e todos serão classificados, atendendo à reivindicação anterior do Primeiro e da Segunda Presidentes da APEOESP.

A SEDUC iniciará a chamada de grupos por Diretoria de Ensino e pretende convocar todos os 15 mil candidatos inicialmente previstos durante o primeiro trimestre do ano. A APEOESP alertou para que se evitem problemas com a posse no decorrer do ano letivo, causando transtornos e descontinuidades nas equipes escolares.

Atribuição de aulas

A Secretaria comprometeu-se a abrir um processo de debates sobre os critérios para a atribuição de aula que serão debatidos na Diretoria, no CER e também na assembleia. Nossa atuação é para assegurar os direitos de toda a categoria.

Atribuição da categoria O

APEOESP cobrou solução para a preservação dos postos de trabalho dos(as) professores(as) temporários(as) cujos contratos vencem no final deste ano. Por conta de o concurso ser classificatório, como sempre foi reivindicação do nosso Sindicato, os(as) professores(as) da categoria O escolherão aulas em lista única de acordo com sua classificação no concurso, sendo que, primeiro, escolherão aulas as professoras e os professores efetivos(as) e estáveis da categoria F. Assim, não haverá demissões de professores(as) temporários(as) aprovados(as) no concurso e o início do ano letivo será adaptado para que coincida com o fim da quarentena.

Mesa permanente de negociação

Continuamos cobrando da SEDUC que institua a mesa permanente de negociação com a APEOESP e demais entidades. Os pontos imediatos para discussão nesta mesa são a construção de uma carreira aberta, justa e atraente e valorização salarial da nossa categoria.

Projeto para Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) em local de livre escolha

Questionado pela APEOESP, o Secretário Executivo esclareceu que o projeto de lei que possibilita o cumprimento das APDs em local de livre escolha já deveria estar na Assembleia Legislativa, mas precisou passar por uma revisão, retornando ao órgão de origem. Este projeto está tramitando dentro do governo sob o número de

processo 015002316182326-46. Estamos lutando e pressionando para que seja encaminhado à Alesp até o final deste mês.

Falta aula

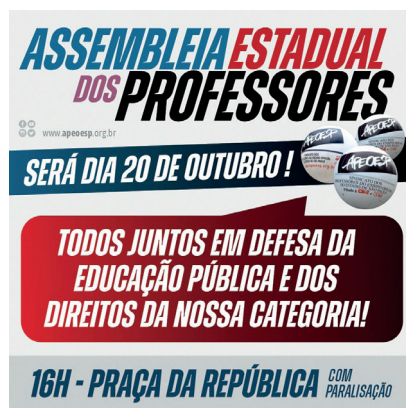
Foi reafirmado pelo Secretário Executivo também o envio do projeto que permitirá o desconto apenas do tempo de atraso ou aulas em que o professor falte no dia e não mais do período integral. De acordo com o Secretário Executivo, o projeto está redigido e tramitando nos órgãos do governo responsáveis pela sua liberação para envio à Alesp.

Sobre as contribuições previdenciárias ao INSS

Conforme informamos nos Boletins Informa Urgente 81 e 87, o superintendente do INSS da Região Sudeste afirmou que está havendo um problema para que a base de dados seja alocada no sistema utilizado pelo INSS para o recolhimento das contribuições previdenciárias, e, assim, não afirmou que não esteja acontecendo o recolhimento das contribuições previdenciárias.

Ao mesmo tempo orientou a APEOESP a encaminhar os casos com problema a ele, pessoalmente, para que sejam resolvidos.

Ao mesmo tempo, a APEOESP obteve informação junto ao Secretário Executivo da SEDUC, Vinícius Neiva, de que foi constituída uma força tarefa para resolver a questão da migração de sistema, para que as anotações fiquem corretas junto ao INSS.



MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL: APEOESP DERROTA AS INTENÇÕES DE TARCÍSIO E FEDER DE MAQUIAR OS INDICADORES DA EDUCAÇÃO PAULISTA

A tentativa de imposição de um material digital único para a Educação estadual paulista, feita por Tarcísio e Feder, foi frustrada pela ação política, sindical e pedagógica da APEOESP. As intenções de Tarcísio/Feder dão continuidade às estratégias de Doria/Rossetti de desmontar o Estado e de precarizar o ensino escolar público, para sedimentar caminhos de privatização, sob os princípios da Nova Gestão Pública.

Manobra política para maquiar indicadores

Um aspecto precisa ser ampla e criticamente refletido: a oferta de material didático digital representa a tentativa de “melhorar” os péssimos indicadores da Educação paulista, principalmente em Português e Matemática. Como Tarcísio/Feder intentam fazer isso? O material didático digital apresenta os “conteúdos” criteriosamente escolhidos, com exercícios idênticos ou muito similares às questões do exame estadual, o Saesp, que é preparado pela Vunesp, uma instituição tida como acima de qualquer suspeita, mas que teve seu reitor recentemente afastado por suspeitas de corrupção.

Voltando ao que interessa: o estudante não apenas “sabe o que vai cair na prova”, mas

sabe a alternativa correta da prova objetiva. E o professor é destituído de sua cátedra para assumir uma função subalterna de “treinador” e “reprodutor” de práticas incoerentes com uma Educação emancipatória. Assim fica muito fácil elevar os indicadores de “qualidade”, pois os números produzidos passam a ser socialmente reconhecidos, inclusive sem questionamento do Ministério da Educação (MEC), pois essa instância pressupõe, não apenas a autonomia, mas a idoneidade dos sistemas estaduais e municipais de Educação.

APEOESP venceu o debate na categoria e na sociedade

A APEOESP agiu e venceu esse debate, em várias dimensões, para além de evitar a distorção antiética das avaliações em massa. Na dimensão política, denunciou o uso político da oferta de material digital em substituição ao livro didático impresso do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). É explícita a intenção de afrontar a política do Governo Federal ao desqualificar, não apenas o programa e os materiais produzidos, mas os renomados especialistas em suas áreas temáticas que os elaboram. Também é política a imposição ao professorado paulista de uma função meramente de treinador, fazendo com que as Diretorias de Ensino, Supervisão e Coordenação Pedagógica aumentem o nível de assédio moral sobre docentes e demais trabalhadores da Educação nas escolas.

Na dimensão pedagógica, a APEOESP questionou com propriedade a descaracterização do professor como sujeito ativo na construção do currículo e os materiais didáticos como mediadores da apropriação das culturas a partir do contexto dos estudantes e docentes. Apresentar material didático digital único para toda a rede vai contra os fundamentos políticos e pedagógicos do currículo, que ressaltam a importância de relações de ensino e aprendizagem contextualizadas.

Essa proposta derrotada e fracassada de Tarcísio e Feder busca negar os direitos de estudantes e afronta o próprio princípio da equidade, abordado

nos documentos do Currículo Paulista. Reforça, no aspecto pedagógico, que o governo Tarcísio/Feder revela suas contradições entre o discurso e a prática.

Há um agravante, dentre muitos impactos socioculturais e educacionais decorrentes dessa perspectiva distorcida de Tarcísio/Feder: é ofertado um ensino de baixíssima qualidade e aligeirado, que nem pode ser chamado de neotecnicista, pois, na prática, revela-se utilitarista e manipulador, inclusive com erros de informações básicas no material fornecido, amplamente divulgado pela imprensa. E repete as práticas elitistas de um ensino fraco para os vulneráveis, como Libâneo já havia denunciado sobre a “profecia autorrealizadora” do fracasso escolar. Presume-se que os estudantes, majoritariamente filhos da classe trabalhadora, são meras máquinas de repetir conteúdos, com a função de ter excelentes desempenhos em provas, e atingir a terminalidade do ensino médio, sem garantias dos direitos subjetivos constitucionais de aprendizagem e desenvolvimento e de uma Educação para a vida.

Continuamos na frente de luta

Com nossa mobilização, forçamos o governo Tarcísio/Feder a retornar ao PNL D, além de conquistarmos, por meio de liminar em ação protocolada pelo mandato parlamentar da Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Professora Bebel, que o governo recolha e não mais distribua material digital com erros, como os que apontam que a cidade de São Paulo teria praia, que o Imperador D. Pedro II teria assinado a Lei Áurea ou que água contaminada transmitiria Mal de Parkinson e doença de Alzheimer, entre outros.

Com isso, a APEOESP, com a força de sua representatividade junto ao professorado paulista, contribui mais uma vez para que a qualidade social da Educação seja um direito e não um discurso fantasioso. E sinaliza para a sociedade a necessidade de construir uma proposta curricular que atenda aos interesses, contextos, tempos, espaços, materialidades, interações e narrativas dos filhos e filhas da classe trabalhadora,

garantindo seu direito à Educação como um direito humano.

Nosso Sindicato realizará, em data a ser definida, um seminário para debater a questão da digitalização dos materiais didáticos, assim como está preparando um calendário de atividades relacionadas ao debate do currículo na rede estadual de ensino.

MOBILIZAÇÃO LEVA GOVERNO FEDERAL A MUDAR ENSINO MÉDIO

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular é o documento que norteia a Educação brasileira, orientando a ação e definindo os parâmetros curriculares para a atuação de gestoras, gestores, professoras e professores.

A BNCC vinha sendo construída a partir de amplo debate democrático, interrompido com o golpe de 2016. O presidente golpista Michel Temer, articulado com setores privatistas, impôs a reforma do ensino médio (MP 746/16 - Lei 13.415/17). A reforma foi respaldada pela nova BNCC finalmente imposta no governo Bolsonaro. Temer não havia conseguido concretizá-la em seu governo, tendo em vista o protagonismo da APEOESP, que impediu a realização da audiência pública que seria realizada no Memorial da América Latina.

Doria/Rossieli foram os primeiros a adotarem a reforma

Apesar das denúncias e resistências dos setores educacionais e dos sindicatos, com a APEOESP na linha de frente, a reforma do ensino médio foi prontamente adotada com todas as letras pelo Governo Doria no Estado de São Paulo.

Na essência, a farsa do “novo ensino médio” retoma teses antigas separando formação geral de profissional e constituindo uma fragmenta-

ção completa, com os itinerários formativos que, mantidos, comprometem a formação educacional da juventude, sem oferecer instrução intelectual adequada nem conhecimento técnico profissional condizente com a realidade e as exigências do mercado de trabalho atual.

Mobilização pelos direitos educacionais da juventude

Desde o primeiro momento, APEOESP se colocou contra a reforma de Temer e denunciou a tragédia que se abateria sobre nossa juventude se esse modelo não for alterado.

Com a eleição do Presidente Lula, nosso Sindicato retoma as mobilizações e as ações junto ao novo governo, inclusive com uma conversa pessoal da então presidenta da APEOESP e deputada estadual com o Presidente da República no dia 7 de março deste ano. A partir dessa reunião, a CNTE é recebida pelo ministro da Educação, momento no qual se tratou da necessidade de revogar a reforma de Temer.

Vários atos são realizados, como os do dia 22 de março e 26 de abril, com a participação de diversas entidades, centrais sindicais, estudantes e professores(as), para pressionar o novo governo e o ministro da Educação a revogarem o “novo ensino médio”.

Pressão deu resultado

Como resultado dessa pressão o MEC, através da Portaria 399 de 08/03/23, abriu uma consulta pública para ouvir a sociedade e avaliar a reestruturação do “novo ensino médio”. Assim como a CNTE, a APEOESP orientou as professoras e os professores a participarem desta consulta, defendendo nossas concepções.

Ouvida a sociedade, as entidades do Magistério e outros setores da Educação, o governo prepara agora a minuta de Projeto de Lei (PL) para que seja alterada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 13.415/1996.

Pela proposta, a carga horária destinada à For-

mação Geral Básica do ensino médio será recomposta em 2.400 horas, vedando a oferta de conteúdos de forma remota ou híbrida.

A formação básica deve partir dos principais componentes curriculares: Língua Portuguesa e Literatura; línguas estrangeiras, com obrigatoriedade da oferta de Inglês e Espanhol; Artes; Educação Física; Matemática; História, Geografia, Sociologia e Filosofia; e Física, Química e Biologia.

Altera também os itinerários formativos promovendo uma redução destes que devem contar com diretrizes ainda a serem definidas.

Entram também no projeto a oferta de ensino noturno e de modalidades do ensino de jovens e adultos (EJA), Educação quilombola e indígena.

O projeto precisa ser aprovado ainda este ano, para começar a valer a partir de 2025.

A proposição do governo federal reflete e é uma vitória dos movimentos educacionais no Brasil todo e em especial no Estado de São Paulo, com uma atuação firme e constante da APEOESP.

No entanto, o projeto ainda será alvo de muitas disputas, pois os setores privados continuam pressionando para moldá-lo aos seus interesses ou impedir que as propostas comprometidas com a Educação pública, universal, gratuita e de qualidade prevaleçam. Teremos que continuar atentos, nos mobilizando e pressionando.

Pelo fim da farsa do “novo ensino médio” em São Paulo

Em São Paulo, nossa luta é para que seja cancelada a aplicação da farsa do “novo ensino médio” e para que se abra um amplo e qualificado debate com a nossa categoria e toda a comunidade escolar sobre o ensino médio que atenda às necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora. De imediato, no mínimo devem ser seguidas as mudanças promovidas pelo Ministério da Educação. Como perspectiva, queremos o mesmo padrão de qualidade oferecido nos Institutos Federais, cujo projeto político-pedagógico garante ensino, cultura, esportes e tecnologias.

NÃO AO AUTORITARISMO E ASSÉDIO MORAL

Autoritarismo e assédio moral têm sido marcas dos governos no Estado de São Paulo. Essas marcas se intensificaram durante o governo Doria/Rossieli e persistem, sobretudo, mas não só, nas escolas do Programa de Ensino Integral (PEI).

O próprio modelo do PEI é baseado na presença e no assédio sobre as professoras e os professores. A seleção diferenciada, a avaliação 360 e a concepção de muitos(as) gestores(as) de que o pagamento da gratificação faz desses profissionais verdadeiros semiescravos, torna o assédio um fato cotidiano.

Nas demais escolas isso também ocorre e tem como um de seus efeitos o afastamento do(a) professor(a) de movimentos ou qualquer ato que possa ser tomado com insubordinação em relação aos superiores.

A APEOESP vem combatendo permanentemente o assédio moral e publicou uma cartilha com orientações sobre o tema. Estamos trabalhando para revisar e atualizar esta cartilha.

Em defesa da liberdade de ensinar e aprender

O autoritarismo nas relações entre as autoridades educacionais e os(as) professores(as) também aparece em normas como a recente decisão da SEDUC de estabelecer a vigilância dos professores em sala de aula.

Não existe argumento pedagógico que sustente tal decisão, que, inclusive, contraria o princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender, também consignado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A campanha contra o assédio moral faz parte das iniciativas que estamos tomando a partir do XXVII Congresso Estadual da APEOESP e as propostas neste sentido que forem apresentadas nas reuniões de Representantes poderão ser debatidas e deliberadas na reunião do CER.

PELA DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Conquistamos o fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas e estamos na luta pela devolução dos valores descontados no período de setembro de 2020 a dezembro de 2022.

A APEOESP ingressou com ação judicial para esta finalidade. Requereu à juíza e obteve a anulação dos cálculos atuariais da SPPREV que serviram de base para a divulgação de um suposto déficit, que serviu de justificativa para o confisco. Nosso Sindicato requereu perícia judicial sobre esses cálculos.

A juíza da causa suspendeu temporariamente a tramitação da ação, até que o Supremo Tribunal Federal termine de julgar a constitucionalidade ou não do confisco.

POR EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Estamos na luta em defesa dos direitos dos estudantes com deficiência nas escolas estaduais, bem como dos docentes que trabalham com este segmento.

Participamos da audiência pública na Alesp promovida pelo mandato de nossa Segunda Presidente e Deputada Estadual e seguimos cobrando da SEDUC que garanta a permanência das professoras e dos professores auxiliares que hoje atuam nas escolas por força de liminares judiciais.

Queremos a revisão do decreto 67.635/2023 e da Resolução SEDUC 21/2023, para que a Educação Especial no Estado de São Paulo seja de fato inclusiva.

PLANO DE LUTAS

O plano de lutas e a plataforma aprovados no Congresso da APEOESP definiram dezenas de reivindicações e ações de mobilização por parte do nosso Sindicato. Neste Boletim CRRR destacamos alguns eixos centrais e lutas imediatas. Todas as demais reivindicações e ações presentes nos Boletins APEOESP Informa Urgente, no plano de lutas, na plataforma e demais documentos do Sindicato estão reafirmados e fazem parte do trabalho de todas e todos.

- **Tarcísio, tire as mãos do nosso dinheiro. Não à redução/flexibilização das verbas da Educação de 30% para 25%.**
- **Não às privatizações da SABESP, Metrô e CPTM!**
- **Revogação da reforma do ensino médio e todas as contrarreformas.**
- **APDs em local de livre escolha, falta-aula, volta das faltas abonadas e demais direitos!**
- **Classificação para atribuição de aulas por tempo de serviço, cursos e concursos!**
- **Revogação da LC 1374/2022 - por carreira aberta- justa e atraente!**
- **Devolução já dos valores descontados de aposentados e pensionistas!**
- **Fim do assédio moral!**
- **Contra o autoritarismo e exclusão nas escolas PEI!**
- **Em defesa da liberdade de ensinar e aprender!**



ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS PROFESSORES

SEXTA **DIA 20 DE OUTUBRO** 2023

16H - PRAÇA DA REPÚBLICA COM PARALISAÇÃO

Seguida de ato unificado do Grito da Educação Pública no Estado de São Paulo

**Contra a redução/flexibilização
das verbas da Educação no Estado
de São Paulo de 30% para 25%**

E MAIS:

- APDs em local de livre escolha e falta-aula já!
- Atribuição por tempo de serviço, cursos e concursos
- Revogação da LC 1374/2022 - carreira aberta, justa e atraente
- Devolução dos valores do confisco
- Fim do assédio moral
- Regularização dos repasses ao INSS
- E demais reivindicações!

**Todos juntos em defesa da
Educação Pública e dos direitos
da nossa categoria!**



www.apoesp.org.br

EXPEDIENTE

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Zenaide Honório - 1ª Secretária Geral

Sérgio Martins da Cunha - 2º Secretário Geral

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Francisco de Assis Ferreira - Secretário de Comunicações

Rui Carlos Lopes de Alencar - Vice-Secretário de Comunicações

Conselho Editorial

Fábio Santos de Moraes

Maria Izabel Azevedo Noronha

Francisco de Assis Ferreira

Rui Carlos Lopes de Alencar

Zenaide Honório

Sérgio Martins da Cunha

Roberto Guido

Miguel Noel Meirelles

Rita de Cássia Cardoso

Richard Araújo

Walmir Siqueira

Ozani Martiniano de Souza

DIRETORIA DA APEOESP - GESTÃO 2023/2026

EXECUTIVA

Primeiro Presidente: Fábio Santos de Moraes; **Segunda Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Primeira Secretária Geral:** Zenaide Honório; **Segundo Secretário Geral:** Sérgio Martins da Cunha; **Secretário de Finanças:** Roberto Guido; **Vice-Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Vice-Secretário de Administração:** Edivaldo Máximo; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Vice-Secretária de Patrimônio:** Maria José Cunha Carretero; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Vice-Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Paulo José das Neves; **Secretário de Comunicações:** Francisco de Assis Ferreira; **Vice-Secretário de Comunicações:** Rui Carlos Lopes de Alencar; **Secretário de Formação:** Flaudio Azevedo Lima; **Vice-Secretária de Formação:** Eliane Martiniano de Souza; **Secretária de Política Sindical:** Poliana Fé do Nascimento; **Vice-Secretário de Política Sindical:** Luciano Delgado; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Walmir Siqueira; **Vice-Secretária de Legislação e Defesa dos Associados:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretária de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Rita de Cássia Cardoso; **Vice-Secretário de Políticas Sociais e Promoção da Igualdade Racial:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Floripes Ingracia Borioli Godinho; **Vice-Secretário para Assuntos do Aposentado:** Maurício Cavalcante dos Santos; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Vice-Secretária para Assuntos da Mulher:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Douglas Martins Izzo; **Vice-Secretária para Assuntos Municipais:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Direitos Humanos:** Mônica Antonio da Silva Fernandes; **Vice-Secretário de Direitos Humanos:** Jesse Pereira Felipe; **Secretária de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Solange Aparecida Benedeti Penha; **Vice-Secretário de Assuntos relativos à Saúde do Trabalhador:** Josafá Rehem Nascimento Vieira; **Secretário de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência:** Rodolfo Alves de Souza; **Vice-Secretária de Assuntos relativos às Pessoas com Deficiência:** Maria Regina de Souza Sena; **Secretário Geral de Organização:** Leandro Alves Oliveira; **Secretária de Organização para a Capital:** Ana Paula dos Santos Lima; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Fábio Santos Silva; **Secretária de Organização para o Interior:** Andréia Oliveira de Souza Soares; **Secretária de Organização para o Interior:** Cilene Maria Obici; **Secretária de Organização para o Interior:** Eliane Aparecida Garcia; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA - DEC

Ademar de Assis Camelo; Aldo Josias dos Santos; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Claudia dos Santos; Ana Lúcia Santos Cugler; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio Carlos Silva; Antonio Gandini Junior; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Roberto dos Santos; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Marta de Carvalho; Cléofas Teixeira Barbosa; Cloves Soares Lauton; Dagmar Aparecida Rodri#gues Silveira; Déborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edivaldo de Marchi; Evaristo Balbino da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida Rodrigues dos Santos de Campos; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Hamed Mauch Bittar; Jefferson de Albuquerque Cypriano Rosa; João Luís Dias Zafalão; Joaquim Soares da Silva Neto; Jorge Leonardo Paz; José Bonfim Ferreira do Prado; José Carlos Brito Silva; José de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Josefa Gomes da Silva; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal de Aguiar Penteado Neto; Karen Aparecida Silveira; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luci Ferreira da Silva; Luís Antonio Nunes da Horta; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio de Oliveira Santos; Marcos Rogério Jesus Chagas; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Consoladora da Silva; Maria de Lourdes Cavichiolo; Maria de Lourdes Mantovani Pavam; Maria Helena de Carvalho; Maria José Blondel Enrione; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Matheus Corrêa Siqueira; Mauricio Avancini; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberto Fernandes Tofoli; Roberto Mendes; Rodolfo Vieira Saraiva; Ronaldi Torelli; Ronaldo Nascimento Mota; Rosa Maria de Araújo Fiorentin; Rosane de Matos; Silvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vânia Pereira da Silva; Wilian Hugo Correa dos Santos; Wilson Augusto Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonialli.

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Praça da República, 282 - CEP: 01045-000 - São Paulo SP - Fone: (11) 3350-6000